

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de "Administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco, com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco".

No exercício de 2013, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 475,3 milhões, correspondente a R\$ 594,15 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 1,8 bilhão, Ativos Totais de R\$ 2,1 bilhões e receita bruta de prestação de serviços de R\$ 747,9 milhões, com crescimento de 16,3% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2013	2012	2013	2012
ATIVO				
CIRCULANTE	2.013.440	1.519.706	242.100	212.314
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	1.973.492	1.488.056	242.100	212.314
Carteira Própria	1.973.492	1.488.056	-	-
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	39.879	31.650	4.515	3.683
Créditos Específicos	3.149	2.978	146.131	117.189
Diversos	36.730	28.672	91.454	91.442
OUTROS VALORES E BENS	69	-	-	-
Despesas Antecipadas	69	-	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.245	5.043	-	-
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	4.234	4.885	-	-
Diversos	4.234	4.885	-	-
OUTROS VALORES E BENS	11	158	-	-
Despesas Antecipadas	11	158	-	-
PERMANENTE	41.412	33.394	-	-
INVESTIMENTOS (Nota 8)	201	201	-	-
Outros Investimentos	312	312	-	-
Provisões para Perdas	(111)	(111)	-	-
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	953	1.129	-	-
Outras Imobilizações de Uso	3.993	3.952	800.000	519.000
Depreciações Acumuladas	(3.040)	(2.823)	1.015.509	825.702
INTANGÍVEL (Nota 10)	40.258	32.064	-	-
Ativos Intangíveis	45.615	35.581	-	-
Amortização Acumulada	(5.357)	(3.517)	-	-
TOTAL	2.059.097	1.558.143	2.059.097	1.558.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro 2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	78.987	131.709	96.667
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	78.987	131.709	96.667
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	78.987	131.709	96.667
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	275.663	546.911	459.017
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 14)	390.682	747.935	643.210
Despesas de Pessoal (Nota 15)	(10.257)	(18.684)	(20.786)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(24.580)	(38.692)	(33.992)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(45.281)	(86.598)	(73.997)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	576	2.588	3.813
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(35.477)	(59.638)	(59.231)
RESULTADO OPERACIONAL	354.650	678.620	555.684
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)	19.409	36.008	28.532
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	374.059	714.628	584.216
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 23)	(122.666)	(239.306)	(196.535)
LUCRO LÍQUIDO	251.393	475.322	387.681
Número de cotas (Nota 13a)	800.000.000	800.000.000	519.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	314,24	594,15	746,98

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro 2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	374.059	714.628	584.216
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.323	2.514	3.015
Depreciações e Amortizações	1.103	2.167	2.115
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	220	341	895
Perda na Alienação de Bens do Imobilizado	-	6	5
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	375.382	717.142	587.231
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros			
Derivativos	(315.887)	(485.436)	(402.423)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(12.752)	(7.991)	1.886
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	18.163	(13.371)	(9.591)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(56.932)	(196.469)	(169.944)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	7.974	13.875	7.159
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Imobilizado de Uso	(19)	(176)	(158)
Alienação de Imobilizado de Uso	-	18	1
Aplicação em Bens Intangíveis	(4.272)	(10.034)	(3.778)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(4.291)	(10.192)	(3.935)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(3.683)	(3.683)	(3.224)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(3.683)	(3.683)	(3.224)
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	-	-	-
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO - Em Reais mil			
	2013	2012	
ATIVO			
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.455.306	8.242.587	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 20)	4.423.485	3.822.696	
Aplicações Financeiras	658.106	507.455	
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	3.765.379	3.315.241	
OUTROS CRÉDITOS	5.031.821	4.419.891	
Direitos junto a Consorciados Contemplados			
Normais	5.029.717	4.416.298	
Em Atraso	4.949.722	4.359.719	
Em Cobrança Judicial	24.705	22.046	
Bens Retomados	55.290	34.533	
COMPENSAÇÃO	2.104	3.593	
COMPENSAÇÃO	33.904.313	29.101.311	
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	361.036	296.347	
Contribuições Devidas ao Grupo	17.706.357	15.224.883	
Valor dos Bens a Contemplar	15.836.920	13.580.081	
TOTAL	43.359.619	37.343.898	
PASSIVO			
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	9.455.306	8.242.587	
Obrigações com Consorciados	3.530.043	3.086.876	
Valores a Repassar	46.615	40.945	
Obrigações por Contemplações a Entregar	3.765.378	3.315.241	
Recursos a Devolver a Consorciados	1.487.429	1.275.398	
Recursos dos Grupos	625.841	524.127	
COMPENSAÇÃO	33.904.313	29.101.311	
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	361.036	296.347	
Obrigações do Grupo por Contribuições	17.706.357	15.224.883	
Obrigações por Futuras Contemplações	15.836.920	13.580.081	
TOTAL	43.359.619	37.343.898	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
Eventos	Capital		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados
	Social	Legal	Estatutárias	Totais	
Saldos em 30.6.2013	800.000	30.581	735.923	-	1.566.504
Lucro Líquido	-	-	-	251.393	251.393
Destinações: - Reservas	-	12.569	236.436	(249.005)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(2.388)	(2.388)
Saldos em 31.12.2013	800.000	43.150	972.359	-	1.815.509
Saldos em 31.12.2011	321.000	67.251	572.453	-	960.704
Aumento de Capital com Reservas	198.000	(37.610)	(160.390)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	387.681	387.681
Destinações: - Reservas	-	19.384	364.614	(383.998)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(3.683)	(3.683)
Saldos em 31.12.2012	519.000	49.025	776.677	-	1.344.702
Aumento de Capital com Reservas	281.000	(29.641)	(251.359)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	475.322	475.322
Destinações: - Reservas	-	23.766	447.041	(470.807)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(4.515)	(4.515)
Saldos em 31.12.2013	800.000	43.150	972.359	-	1.815.509

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2013	%	2013	2012	%
1 - RECEITAS	454.177	105,6	858.602	104,6	712.991
1.1) Intermidação Financeira	78.987	18,3	131.709	16,1	96.667
1.2) Prestação de Serviços	390.682	90,9	747.935	91,1	643.210
1.3) Outras	(15.492)	(3,6)	(21.042)	(2,6)	(26.886)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(23.233)	(5,3)	(36.140)	(4,3)	(31.606)
Materiais, Água e Energia	(508)	(0,1)	(1.007)	(0,1)	(848)
Serviços Técnicos Especializados	(5.210)	(1,2)	(10.153)	(1,2)	(9.493)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(1.815)	(0,4)	(2.692)	(0,3)	(2.272)
Comunicações	(4.707)	(1,1)	(9.161)	(1,1)	(8.425)
Contribuições Filantrópicas	(7.832)	(1,8)	(7.832)	(1,0)	(5.150)
Processamento de Dados	(1.307)	(0,3)	(1.974)	(0,2)	(2.029)
Viagens	(743)	(0,2)	(1.253)	(0,2)	(1.231)
Transportes	(520)	(0,1)	(865)	(0,1)	(914)
Manutenção e Conservação de Bens	(76)	(0,0)	(156)	(0,0)	(159)
Outras	(515)	(0,1)	(1.047)	(0,1)	(1.085)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	430.944	100,3	822.462	100,3	681.385
4 - DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(1.103)	(0,3)	(2.167)	(0,3)	(2.115)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	429.841	100,0	820.295	100,0	679.270
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	429.841	100,0	820.295	100,0	679.270
6.1) Pessoal	7.922	1,8	14.548	1,8	16.353
Proventos	4.433	1,0	7.891	1,0	8.311
Benefícios	2.189	0,5	4.182	0,5	4.832
FGTS	311	0,1	583	0,1	569
Outros Encargos	989	0,2	1.892	0,2	2.641
6.2) Impostos, Taxas e Contribuições	170.282	39,7	330.040	40,2	274.965
Federais	162.709	37,9	315.591	38,5	262.700
Municipais	7.573	1,8	14.449	1,7	12.265
6.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	244	0,1	385	-	271
Aluguéis	244	0,1	385	-	271
6.4) Remuneração de Capitais Próprios	251.393	58,4	475.322	58,0	387.681
Dividendos	2.388	0,6	4.515	0,6	3.683
Lucros Retidos	249.005	57,8	470.807	57,4	383.998

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS - Em Reais mil					
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2013	%	2013	2012	%
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	4.157.995		3.822.696		3.394.816
Aplicações Financeiras	592.485		507.455		366.474
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT)	3.565.510		3.315.241		3.028.342
(+) RECURSOS COLETADOS	3.33				

continuação



Bradesco Consórcios

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

• Aplicações financeiras

São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base. Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular nº 3.432/09, do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e de reserva de cada grupo diariamente.

• Outros créditos

Outros créditos referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

• Passivo circulante

I - Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens e o fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.

II - Valores a repassar

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados, referentes à taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros e outros.

III - Obrigações por contemplações a entregar

Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.

IV - Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V - Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

• Contas de Compensação

I - Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

III - Valor dos bens a contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Instituição não apresentava saldos em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2013		2012			
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos para negociação (3)						
Letras financeiras do tesouro	-	19.590	115.232	801.193	936.015	936.015
Certificados de depósito bancário	50.204	40.629	12.910	6.855	110.598	110.598
Debênturas	-	64.409	270.392	269.439	604.240	604.240
Letras do tesouro nacional	31.056	-	61	73.367	104.484	104.484
Notas do tesouro nacional	181.897	-	-	31	181.928	181.928
Outras	14.096	284	8.153	13.694	36.227	36.227
Total em 2013	277.253	124.912	406.748	1.164.579	1.973.492	1.973.492
Total em 2012	408.817	171.055	58.555	849.629	1.488.056	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreado as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, as aplicações em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 1.973.492 mil (2012 - R\$ 1.488.056 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Títulos de renda fixa	131.709	96.667
Total	131.709	96.667

7) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos e contribuições a compensar	20.064	16.043
Pagamentos a ressarcir	15.833	11.076
Devedores por depósitos em garantia	3.674	4.213
Cobrança grupos encerrados	3.149	2.978
Créditos tributários (Nota 23c)	1.264	2.030
Outros adiantamentos	129	195
Total	44.113	36.535

8) INVESTIMENTOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
- Certificados de investimentos - CI	12	12
- Investimentos audiovisuais	300	300
Subtotal	312	312
- Provisões para incentivos fiscais	(111)	(111)
Total geral dos investimentos	201	201

9) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Custo líquido de depreciação		
			2013	2012	
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	2.407	(1.690)	717	904
Sistemas de segurança	10%	17	(11)	6	5
Sistemas de processamento de dados	20%	1.569	(1.339)	230	220
Total em 2013	3.993	(3.040)	953		
Total em 2012	3.952	(2.823)		1.129	

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por *software*.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Custo líquido de amortização		
			2013	2012	
<i>Software</i>	20%	45.615	(5.357)	40.258	32.064
Total em 2013	45.615	(5.357)	40.258		
Total em 2012	35.581	(3.517)		32.064	

11) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício de 2013	846	1.741	78
Constituição de provisões/reversões	-	135	67
Atualização monetária	31	106	2
Pagamentos	(810)	-	-
Saldo no final do exercício de 2013 (Nota 12)	67	1.982	147

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Provisões para impostos e contribuições sobre lucros	137.289	109.940
Impostos e contribuições a recolher	8.695	7.171
Provisões para riscos - fiscais (Nota 11b)	147	78
Total	146.131	117.189

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados	78.753	78.023
Provisões para pagamentos a efetuar	7.338	9.529
Processos judiciais em andamento	3.804	1.840
Provisões para riscos - cíveis (Nota 11b)	1.982	1.741
Provisões para riscos - trabalhistas (Nota 11b)	67	846
Outros valores	998	590
Total	92.942	92.569

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 800.000 mil (31.12.2012 - R\$ 519.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 800.000.000 (31.12.2012 - 519.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de Cotas		R\$ mil	
	2013	2012	2013	2012
Em 31 de dezembro de 2012	519.000.000	519.000	519.000	519.000
Aumento de capital - Alteração contratual de 19.3.2013 (1)	281.000.000		281.000	
Em 31 de dezembro de 2013	800.000.000	519.000	800.000	519.000

(1) Em 30 de abril de 2013 o BACEN homologou o Instrumento de Alteração do Contrato Social da Companhia, que deliberou o aumento do capital social em R\$ 281.000.000 mil, elevando-o de R\$ 519.000 mil para R\$ 800.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo das contas "Reserva de Lucros - Reserva Legal", no montante de R\$ 29.641 mil e "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 251.359 mil, com a criação de 281.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao sócio cotista Banco Bradesco S.A. com a concordância do sócio cotista Banco Alvorada S.A.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de lucros	1.015.509	825.702
Reserva legal (1)	43.150	49.025
Reserva estatutária (2)	972.359	776.677

(1) Constituída obrigatoriamente a base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em:

	R\$ mil	
	2013	2012
Lucro líquido	475.322	387.681
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(23.766)	(19.384)
Base de cálculo	451.556	368.297
Dividendos propostos	4.515	3.683
Percentual em relação à base de cálculo	1,0%	1,0%
Valor em reais por lote de mil cotas	5,64	7,10

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A receita de prestação de serviços, nos respectivos exercícios correspondem aos valores de R\$ 747.935 mil (2012 - R\$ 643.210 mil) e referem-se basicamente à taxa de administração de grupos de consórcios.

15) DESPESA DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Proventos	7.891	8.311
Encargos sociais	4.719	5.002
Benefícios	4.182	4.832
Participação dos empregados nos lucros	1.517	1.622
Outras	375	1.019
Total	18.684	20.786

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços técnicos especializados	10.153	9.493
Comunicações	9.161	8.425
Propaganda, promoções e publicidade	2.692	2.272
Contribuições filantrópicas	7.832	5.150
Processamentos de dados	1.974	2.029
Depreciações e amortizações	2.167	2.115
Viagens	1.253	1.231
Material	1.007	848
Transportes	865	914
Aluguéis	385	271
Manutenção e conservação de bens	156	159
Outras	1.047	1.085
Total	38.692	33.992

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Contribuição à COFINS	59.277	50.718
Impostos sobre serviços - ISS	14.449	12.265
Contribuição ao PIS	12.870	11.011

...continuação



Bradesco
Consórcios

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco. A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
 - A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
 - O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins.
- A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes. e) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajuste ou divulgação para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

DIRETORIA

Diretor-Presidente Luiz Carlos Trabuco Cappi	Diretores Vice-Presidentes Julio de S. Carvalho de Araujo Domingos Figueiredo de Abreu José Alcides Munhoz Aurélio Conrado Boni Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente Marco Antonio Rossi	Diretor Superintendente Ottávio de Lazari Júnior
--	---	--

Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2013 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcio em 31 de dezembro de 2013 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcio para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado
Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 24 de fevereiro de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1



A possibilidade de restrição energética tem grande contribuição da vice de Eduardo Campos.
Gleisi Hoffmann (PT-PR), ex-ministra da Casa Civil

Juliana Knobel/Estadão Conteúdo

Marina diz que não é 'cabra expiatória'

Marina rebate Gleisi: Como é que uma pessoa, marginal no governo, é responsável por um apagão?.

A ex-senadora Marina Silva (PSB) disse ontem que o governo federal encontrou nela uma "cabra expiatória" para justificar o risco de falta de energia e que é uma "simplificação grotesca" a tentativa de responsabilizá-la pelo problema.

"Primeiro se nega o problema; depois minimiza, depois, quando as evidências colocam o problema e ninguém pode negar, se procura um bode expiatório, ou, agora, uma cabra expiatória."

Marina fez referência à fala da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), ex-ministra da Casa Civil, que, segundo o *Correio*

Braziliense, disse que a possibilidade de restrição energética tem "grande contribuição da vice de Eduardo Campos".

Gleisi atribuiu à Marina a redução no potencial de geração de energia de usinas hidrelétricas no rio Madeira, durante o período em que a rival era ministra do Meio Ambiente.

"O que está sendo dito é que se o Lula não tivesse uma ministra que se preocupasse com índios, com unidades de

conservação, com comunidades ribeirinhas, a gente poderia ter feito de qualquer jeito", afirmou Marina. E comentou ser "uma simplificação grotesca dizer que uma pessoa, marginal no governo, é responsável por um apagão de energia".

E, a respeito do trabalho com Campos, disse: "Eu e o Eduardo não estamos ansiosos com relação ao anúncio de posições dentro de chapa. Nós estamos é trabalhando

Primeiro se nega o problema; depois se procura um bode expiatório, ou, cabra expiatória.

MARINA SILVA



Marina: acusação de Gleisi é uma "simplificação grotesca".

ANÕES DO ORÇAMENTO

Ex-chefe de orçamento do Senado é preso

Escândalo veio à tona em 1993; prisão, só agora.

A Polícia Civil do Distrito Federal prendeu ontem o economista e ex-chefe da assessoria de orçamento do Senado Federal, José Carlos Alves dos Santos, 71.

No momento da prisão, José Carlos, que fez parte do grupo que ficou conhecido como "anões do orçamento", estava em casa, no Lago Norte, bairro nobre da capital federal.

Segundo o delegado chefe da Delegacia de Capturas e Polícia Interestadual, Sérgio Henrique de Araújo, responsável pela operação, apesar do escândalo dos anões ter vindo à tona em 1993, apenas em 2002 o ex-assessor foi denunciado

cia Especializada da Polícia Civil do Distrito Federal.

À época do escândalo, denunciado pelo próprio Alves dos Santos, foi feita uma CPI que durante três meses investigou o esquema de propinas montado por deputados que atuavam na Comissão do Orçamento. Foram 18 acusados. Seis foram cassados, oito foram absolvidos e quatro preferiram renunciar para fugir da

punição e da ineligibilidade.

O rastreamento das contas bancárias acabou derrubando o presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB), o líder do PMDB, deputado Generaldo Corrêa (BA), e o deputado baiano João Alves de Almeida (falecido em 2004), suposto chefe do esquema.

Alves lavava o dinheiro comprando cartões de loteria premiados.

José Carlos desmontou o esquema ao denunciar as irregularidades. Mas ele próprio foi preso e acusado de assasinar a esposa, Ana Elizabeth Lofrano, que ameaçava denunciar à polícia o que sabia sobre o esquema. Na casa dele foi achada uma mala com mais de US\$ 600 mil.

(Folhapress)

COMITÊ DE CAMPOS EM SP
O PSB fez essa escolha para que Eduardo Campos ganhe visibilidade e capilaridade no centro econômico do País.



COPA SEM RACISMO
Combate ao racismo e não violência durante a Copa é o que pede a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

PF PETROBRAS

Agentes da Polícia Federal (PF) já investigam há mais de cinco meses, inclusive com viagens ao exterior, suspeitas de evasão de dívidas e superfaturamento em negócios da Petrobras. Há pelo menos três casos envolvidos. Todos os contratos investigados têm origem na área Internacional da estatal, que durante muitos anos sofreu influência do PMDB, segundo fontes.

A PF vai instaurar até cinco inquéritos, todos ligados a negócios da área Internacional e fechados no passado. A estatal foi notificada no ano passado sobre as investigações. A petroleira não comentou o assunto até o início da noite de ontem.

CASSADO PREFEITO DE CAMPO GRANDE

O prefeito de Campo Grande (MS), Alcides Jesus Peralta Bernal (PP), foi cassado pela Câmara Municipal, na madrugada de ontem. Ele é o 1º prefeito cassado da história da cidade.

Após dez horas de sessão, 23 vereadores votaram pela perda do mandato de Bernal devido a nove irregularidades em contratos emergenciais sem a necessidade de licitação com as empresas Salute, Mega Serv e Jagás. Para a Comissão Processante, o prefeito procedia de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo por permitir a ocorrência de situações emergenciais consideradas previsíveis e de fácil percepção, gerando situações emergenciais fabricadas. Em sua



Roberto Suckert Filho/PR

defesa, Bernal disse: "Se cometi erros, não foram erros que produziram efeitos nos serviços públicos. Me deem a chance de trabalhar. Passei 2 meses sem ter a chance de respirar para poder trabalhar".

FORÇA DE PAZ

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, anunciou ontem, em Nova York, a nomeação do general de divisão brasileiro José Luiz Jaborandy Júnior como novo comandante militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), chefiada pelo Brasil desde sua criação, em 2004. O general Jaborandy substituirá o também brasileiro general de divisão Edson Leal Pujol, há um ano no cargo. A troca será realizada, como anunciaram as Nações Unidas no Brasil, no próximo dia 15. Ban Ki-moon agradeceu a Pujol por "sua dedicação, profissionalismo e liderança" que muito contribuíram para a estabilização no Haiti.

AMB LANÇA SITE QUE REÚNE DENÚNCIAS NA SAÚDE PÚBLICA

equipe da AMB ficará responsável por analisar o material e, a seguir, disponibilizá-lo na página.

CAIXA PRETA

O presidente da AMB lembrou que o objetivo desse projeto não é resolver todos os problemas relacionados à saúde brasileira, mas dar voz à população e, em seguida, pressionar o governo para tomar as providências necessárias de apoio aos cidadãos.

"Quando a denúncia se torna pública, os líderes tendem a se manifestar", destacou Cardoso.

"Nosso interesse maior é mostrar a realidade do que está acontecendo no País", disse o presidente da Associação Médica Brasileira, Florentino Cardoso. "Queremos possibilitar que a população inteira do País inteiro se manifeste", completou.

O órgão cita ainda pacientes que ficam anos na fila de espera para cirurgias e exames e a falta

de infraestrutura, medicamentos e material básico para atendimento à população.

Dessa forma, a intenção do projeto Caixa-Preta da Saúde é reunir em um só site as denúncias relacionadas a problemas encontrados pela população brasileira na saúde pública.

Há 25 anos, o Brasil tem sistema de saúde criado para que todos tenham assistência gratuita e universal. Mas, segundo as associações, isso não acontece – pois os pacientes enfrentam desde fila de espera até de material e remédios.